

## Aprovada reforma da Previdência

*Substitutivo de Beni Veras é acolhido pelo plenário, que analisa hoje 50 requerimentos para votação em separado de emendas ou de trechos do projeto. Uma das novidades é a idade mínima para quem quiser se aposentar*



### A juventude vai ao plenário

Os jovens ocuparam o plenário (foto abaixo). A Hora do Expediente da sessão de ontem foi destinada à abertura da Semana Nacional do Jovem e a homenagear o Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento. **Página 7**

Após amplo debate, o plenário do Senado aprovou o substitutivo de Beni Veras (à direita) à reforma da Previdência



### Nabor, vida que se funde com a do Acre

Uma história que se funde com a do Acre: a seção Perfil enfoca hoje o senador Nabor Júnior, do PMDB. Em 1962, quando o então território do Acre foi elevado à condição de estado, Nabor se elegeu para a Constituinte. **Pág. 6**

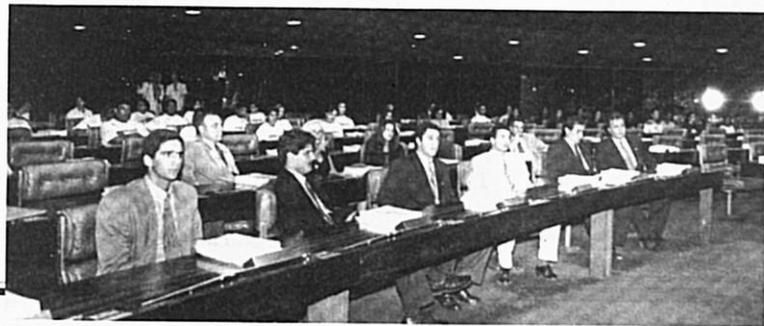
Por 59 votos favoráveis contra 12, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, o substitutivo do senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência. Como os senadores apresentaram 50 requerimentos para votação em separado de emendas ou de trechos do projeto, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou sessão extraordinária para as 10h de hoje, destinada a apreciar os destaques.

A possibilidade de manutenção de aposentadorias especiais de magistrados está entre os requerimentos de votação em separado.

A proposta aprovada acaba com a aposentadoria proporcional e introduz a idade mínima para quem quiser se aposentar: 60 anos para homens e 55 para as mulheres. **Páginas 3 a 5**

### Em favor da reforma agrária

Substitutivo de Osmar Dias a projeto de Flaviano Melo que acelera a reforma agrária foi aprovado em turno suplementar. Já a rolagem de dívida paulista volta à CCJ. **Pág. 5**



Comissão parlamentar, presidida por Lúdio Coelho, aprova protocolos de integração cultural e educacional entre os países

## Mercosul parte para a qualificação profissional

A Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), aprovou ontem parecer favorável ao texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza.

Mais duas mensagens do Poder Executivo tiveram pareceres aprovados: as referentes ao Protocolo de Integração Cultural do Mercosul e ao Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento



O senador Lúdio Coelho presidiu ontem a reunião da comissão

de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul. Os dois textos também foram concluídos na capital cearense.

Após tramitarem pelas comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça da Câmara, essas matérias serão submetidas ainda à deliberação do Senado.

## Suplicy anuncia decisão favorável a Rainha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem, em plenário, que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) concedeu o desafiamento do processo em que o líder dos sem-terra José Rainha foi condenado, sob a acusação de participar de um conflito que resultou em duas

mortes, no município de Pedro Canário (ES).

Conforme Suplicy, a condenação de José Rainha foi decidida por um júri nitidamente vinculado às vítimas, razão pela qual o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra apresentou recurso, pedindo que o processo fosse desafio-

rado do juizado de Pedro Canário. O julgamento de José Rainha deverá ser conduzido agora pelo TJES.

O advogado de defesa, segundo o senador, pretende demonstrar que o líder não se encontrava no local do conflito quando ocorreram as duas mortes.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Presidência Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

19h30 - Participa da cerimônia de posse do presidente e da diretoria da Confederação das Associações Comerciais do Brasil

### PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: Apreciação de diversas matenas, destacando-se: discussão em turno único do "PLS nº 20/95, que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama; do "PLC nº 22/96, que altera o art. 2º da Lei nº 8.501/92, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de es-

tudos ou pesquisas científicas; "PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e votação em primeiro turno da "PEC nº 39/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 23/96), que trata das inelegibilidades; "PEC nº 23/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 39/96), que trata das inelegibilidades; discussão em turno único do "PLC nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques; e do "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada

### COMISSÕES

16h - Comissão Especial do Endividamento dos Estados e dos Municípios

Pauta: 1ª parte: Exposição dos funcionários do Tribunal de Contas da União - TCU, Raimundo Nonato Gomes e Tito Belchior.

2ª parte: Exposição do presidente da Associação Brasileira de Municípios - ABM, deputado Wilson Gasparini. 3ª parte: Exposição do presidente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam, Carlos de Oliveira. Sala 02 - Ala Senador Alexandre Costa

### ESPECIAL

12h - Coordenação de Relações Públicas

Pauta: Apresentação do filme *Baile Perturbado*, de Lívio Ferreira e Paulo Caldas. Auditório Petrólio Portella

## Dutra sugere que Iris explique caso envolvendo MST

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem esperar que, independente de convite, o ministro Iris Rezende compareça espontaneamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) para esclarecer o que teria ocorrido na reunião que promoveu semana passada no Ministério da Justiça com os secretários estaduais de Segurança Pública.

Dutra leu carta do secretário de Segurança de Sergipe, Wellington Manguieira, segundo a qual "o ministro Iris Rezende, num tom de determinação, convocou todos os presentes a agirem com força policial enérgica contra o MST nas

ocupações de terra".

Na carta, o secretário afirma que "a reunião ocorreu em clima de clausura que me fez lembrar os tempos de prisão e tortura por que passei. O ministro chegou a ameaçar os presentes dizendo que a reunião estava sendo gravada para ser entregue aos serviços de informação e aos governadores dos estados para que estes conferissem se a posição dos secretários era a mesma deles".

- Acho que o episódio tem que ser esclarecido, e o ministro, na condição de senador licenciado, deve tomar a iniciativa de vir à CCJ para esclarecer o assunto - enfatizou Dutra.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Helivaldo Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade  
Editores - Djailma Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza, Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Oamar Miranda  
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro  
Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o País.

www.senado.gov.br

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

## Sessão extraordinária vota hoje 50 destaques

O plenário aprovou ontem, em primeiro turno, por 59 votos favoráveis e 12 contrários, o substitutivo de Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que faz mudanças na Previdência Social. Os senadores apresentaram 50 requerimentos para votação em separado de emendas ou de trechos do projeto. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, convocou uma sessão extraordinária para hoje, às 10h, para votação dos destaques.

Os 12 votos contrários ao substitutivo foram dos parlamentares do Bloco Oposição e dos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Roberto Requião (PMDB-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS). Durante o encaminhamento da votação, senadores do PT, PSB e PDT argumentaram que o governo não concordou



O plenário do Senado volta a se reunir às 10h de hoje para concluir a votação da proposta

com a criação de uma previdência universal no país, idêntica para servidores públicos, empregados de em-

presas privadas, militares e juízes e que, por isto, eles deram voto contrário ao substitutivo.

O projeto cria a idade mínima (60 anos para homens e 55 para mulheres) para a aposentadoria, seja de funcio-

nário público, seja de contribuinte do INSS. Além disso, a nova Previdência estabelece um redutor de até 30% nos proventos de servidor público que pedir aposentadoria. Só terá direito a se aposentar com salário integral funcionário de governo que ganha até R\$ 1.200,00. O projeto extingue, também, a aposentadoria proporcional.

- A reforma praticamente elimina as diferenças significativas entre o regime geral de previdência e a previdência dos servidores públicos. Todos os direitos e garantias são preservados e não há mudanças para aposentados e pensionistas - afirmou Beni Veras. Ele destacou ainda que a emenda constitucional não mexe em nada com os benefícios dos 16 milhões de segurados do INSS (aposentados e pensionistas) e não se está aumentando a contribuição dos 30 milhões de contribuintes do INSS.

Entre os 50 requerimentos de votação em separado está a possibilidade de manutenção de aposentadorias especiais de juízes. A CJ aprovou emenda determinando que a aposentadoria de magistrados seguirá as mesmas normas de servidores públicos. Os senadores votarão ainda em separado se o Instituto de Previdência dos Congressistas deve ser tratado em lei complementar. Vários senadores querem derrubar na votação em separado o artigo que mantém, de forma definitiva, a CPMF, cuja arrecadação seria destinada à seguridade social.

Depois da votação dos destaques, a nova Previdência irá a segundo turno no Senado e, aprovada, remetida à apreciação dos deputados, pois o substitutivo de Beni Veras alterou a proposta que foi votada no ano passado pela Câmara.

## PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

- Proíbe que servidor aposentado ou militar da reserva receba salário de governo, exceto se for em cargo de livre nomeação e exoneração. A soma não poderá superar o teto salarial do serviço público (a ser fixado em R\$ 12.720,00). Servidores não poderão receber duas aposentadorias de governo.
- A idade mínima para pedir aposentadoria será de 60 anos para homem e 55 para mulher, para quem ainda não está trabalhando. O tempo de contribuição será de 35 anos para homem e 30 para mulher.
- Para quem já trabalha, haverá uma fase intermediária, onde a idade mínima será de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher). Nessa fase intermediária, no entanto, haverá um acréscimo de 20% no tempo que falta para completar 35 anos de serviço (homem) ou 30 anos, no caso de mulher. Ex.: quem falta 10 anos para se aposentar, terá de trabalhar dois anos a mais (20%). Para pedir aposentadoria proporcional, quem já trabalha terá um acréscimo de 40% no tempo ainda a ser trabalhado. Não haverá aposentadoria proporcional para quem ainda não contribuiu.
- Cria um redutor de até 30% nos proventos de servidor público que pedir aposentadoria. Só terá aposentadoria integral funcionário público que ganha até R\$ 1.200,00.
- Professor de ensino infantil, fundamental ou médio poderá se aposentar cinco anos antes dos outros trabalhadores.
- Aposentados e pensionistas terão os mesmos reajustes dados aos funcionários da ativa.
- Quem já tiver tempo de serviço para se aposentar pela atual legislação poderá pedir o benefício mesmo depois da reforma da Previdência, a qualquer tempo.
- Servidor só poderá pedir aposentadoria se tiver no mínimo 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. Se ele não tiver esse tempo de serviço público, mas já tiver 35 anos de contribuição (ou 30, no caso de mulher) e já apresentar a idade mínima exigida não precisará mais pagar a contribuição previdenciária enquanto continuar na ativa.
- Dentro de dois anos, nenhuma estatal poderá contribuir para o fundo de pensão dos empregados mais do que a parcela que cabe a cada funcionário.
- Até que uma lei discipline o salário-família e o auxílio-reclusão para servidores, segurados e dependentes, esses benefícios só serão concedidos a quem ganha até R\$ 360,00 por mês.
- O teto para os benefícios da Previdência passará a ser de R\$ 1.200,00 (desvinculado do aumento do salário mínimo). Esse teto será corrigido "de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real".

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Dutra recrimina *marketing* do Executivo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, disse que o governo deveria ser "coerente" com os argumentos com que apresentou à sociedade sua proposta de reforma, em vez, conforme acentuou, de promover uma campanha de *marketing* acusando a oposição de corporativista e atrasada e, paralelamente, manter privilégios e tratamentos diferenciados para magistrados, militares e portadores de mandato eletivo.

Ao anunciar o voto contrário de seu partido ao substitutivo à reforma da Previdência, o senador José Eduardo Dutra defendeu a proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE), que a seu ver elimina distorções e privilégios e garante, em matéria previdenciária, um tratamento igualitário a todos os brasileiros.

Dutra reconheceu que o relator Beni Veras teve a postura democrática de discutir sua proposta com todas as forças políticas, tendo, inclusive, incorpo-

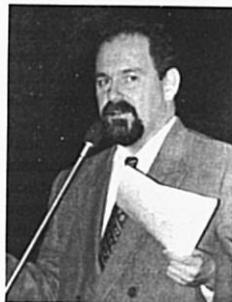
rado várias emendas da oposição a seu substitutivo.

O senador petista também antecipeou que a bancada iria requerer destaques para votação em separado de emendas rejeitadas pelo relator. Entre elas, a que suprime a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria. Dutra argumentou que os trabalhadores que ingressem no mercado na adolescência contribuiriam durante 35 anos sem poder se aposentar ao final.

A emenda que seria destaca-

da, segundo Dutra, não é de lenem da oposição, mas do então candidato Fernando Henrique Cardoso, conforme a página nº 200 do livro de campanha *Mãos à Obra, Brasil*.

O senador frisou, ainda, que o PT votará contra a manutenção de tratamento diferenciado para os magistrados e a favor da extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas e da sugestão de Beni Veras para a questão da paridade entre ativos e inativos da União.



Dutra: contra a idade mínima



Lucena: isonomia entre ativo e inativo

### Lucena: "sim", pelos direitos adquiridos

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ao declarar seu voto favorável ao substitutivo do senador Beni Veras, ressaltou as emendas que apresentou no sentido de garantir os direitos adquiridos por trabalhadores e funcionários e a isonomia entre ativos e inativos, conforme estabelece a Constituição.

No entendimento de Lucena, é incompreensível que apenas alguns aposentados tenham seus rendimentos reajustados em 100% do total concedido ao pessoal em atividade, enquanto outros teriam 70%.

Além disso, a concessão de aposentadorias mediante a combinação de um limite de idade e um tempo de contribuição para a Previdência fere direitos e expectativas de direitos, acrescentou.

### Suplicy: "não", pela preservação da igualdade

"O sistema previdenciário deve preservar a igualdade e a equidade de condições entre todos os segurados", disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao anunciar o voto contrário ao substitutivo. Na sua opinião, a introdução dos princípios de tempo de contribuição combinado à idade mínima para a aposentadoria encerra um enorme prejuízo para o trabalhador, especialmente para o de baixa renda.

Suplicy pregou a extinção do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas), defendendo a universalidade dos direitos dos cidadãos e a eliminação de privilégios que certas categorias adquirem ao longo dos anos. Ao salientar a necessidade de o Legislativo dar o exemplo, ele pediu o fim do IPC dizendo que "o Congresso deve tomar a iniciativa da extinção de privilégios, para que a Previdência Social retome sua verdadeira função social".



Suplicy: trabalhador no prejuízo



Júnia: cadeia para fraudador

### Júnia: "não", pela falta de discussão com a sociedade

Anunciando o voto contrário, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse que a reforma "confisca direitos e garantias consagrados na Constituição de 1988".

Para ela, semelhantes mudanças, que incidem diretamente sobre a vida de milhares de pessoas, não poderiam ser feitas conforme o ritmo imposto pelo governo, "a toque de caixa".

Outros países desenvolvidos que se propuseram a reformar seus sistemas previdenciários, acrescentou, debateram amplamente as alterações propostas, sendo que a Itália, por exemplo, levou dez anos até efetivar um novo sistema.

Júnia registrou que emenda de sua autoria, determinando que sonegadores e fraudadores da Previdência fossem sujeitos à pena de prisão, fora rejeitada pelo relator.

### Valadares: "não", pela idade mínima obrigatória

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) assinalou sua convicção de que o "ajuste" previdenciário proposto pelo governo objetiva "aumentar o caixa do governo".

Valadares fez a seguinte comparação: pelas regras atuais, uma pessoa que ingressa no mercado de trabalho aos 18 anos e contribui com a Previdência durante 35 anos pode aposentar-se aos 53. Pelas regras constantes do substitutivo Beni Veras, a mesma pessoa, com idêntico tempo de trabalho e contribuição, não mais poderá aposentar-se aos 53 anos, dada a fixação de uma idade mínima (60 anos) para o acesso ao direito.

Na opinião do senador, a Câmara dos Deputados não pode ser acusada desse "crime contra o trabalhador", conforme classificou a medida, pois manteve o critério da aposentadoria por tempo de serviço.



Valadares: matemática contra



Tebet: cláusulas pétreas

### Tebet: o Senado contribuiu grandemente

No encaminhamento de votação o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Senado tem dado grande contribuição a essa lei, em sua opinião, uma das mais importantes votadas até agora pela instituição.

Reafirmando posição mantida na Comissão de Constituição e Justiça, quando a proposta da Previdência ali foi votada, Tebet defendeu a preservação dos direitos adquiridos, com o argumento de que eles são cláusulas pétreas, garantidas pela Constituição de 1988.

"Se não respeitarmos os direitos adquiridos, não vai haver mais segurança jurídica nenhuma neste país", disse Tebet, sustentando que o que alguns chamam de privilégios ele considera prerrogativas constitucionais.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Josaphat é favorável a situações diferenciadas

Ao defender ontem aposentadorias diferenciadas para magistrados e a manutenção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que baseava sua posição nos socialistas. Ele afirmou que "dar tratamento diferenciado não é conceder privilégios, mas reconhecer situações diferenciadas".

Quanto aos magistrados, o senador ressaltou que eles têm, e sempre tiveram, uma situação diferente dentro do



Josaphat não considera privilégio corpo do Estado, dadas suas funções e limitações inerentes a seu exercício. Basta consultar a Constituição para verificar que os magistrados estão

subjeitos a uma série de vedações, inexistentes para o restante dos servidores públicos, destacou.

Em relação ao IPC, Josaphat Marinho frisou que no mundo inteiro existem institutos de previdência para parlamentares. A seu ver, apesar da "deformação corrente na opinião pública", os congressistas sofrem restrições ao assumirem seus mandatos, de modo que "não há abuso, excesso ou crime na existência de uma instituição que garanta suas pensões".

## Rocha contra tempo de contribuição

Manifestando-se contra o substitutivo do senador Beni Veras à reforma da Previdência, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) criticou ontem o que ele considera o ponto essencial da proposta: a substituição do tempo de serviço pelo tempo de contribuição. Ele acha que o Brasil não está preparado para garantir aos trabalhadores a aposentadoria mediante a comprovação de tempo de contribuição.

Sebastião Rocha se disse favorável à paridade plena - desde que não seja ultrapassado o teto que se pretende fixar na reforma ad-

ministrativa (vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal) -, assim como à possibilidade de o servidor inativo continuar trabalhando e recebendo proventos da aposentadoria e do novo emprego.

- Se o teto existe para parlamentares, ministros e outros ocupantes de funções executivas, por que não atingir também os servidores públicos federais? - indagou.

Em sua opinião, desde que respeitado aquele teto, os servidores públicos devem ter o mesmo tratamento dispensado a ministros, parlamentares e àqueles que detêm cargos



Rocha: respeito ao teto

comissionados. Quanto à situação dos magistrados, ele disse que a bancada do PDT está discutindo uma emenda da senadora Júnia Marise (PDT-MG) para diferenciar essas aposentadorias.

## Para Emília, povo deve participar

Ao informar que o Senado recebeu inúmeros telefonemas de brasileiros preocupados com a reforma da Previdência, Emília Fernandes (PDT-RS) sustentou ontem que essa questão tinha que ser amplamente debatida e entendida pela população brasileira.

- Muitos nem sabem o que o Congresso fará com a vida de cada um - disse a senadora, mencionando os milhares de trabalhadores que serão atingidos por essa reforma sem ter participado do debate que a antecedeu. Em sua opinião, esses trabalhadores estão sen-

do levados a uma situação desconhecida e de pura responsabilidade do Legislativo.

Conforme Emília, as informações transmitidas pela mídia serviram mais para confundir que para esclarecer a população sobre a reforma da Previdência. Ela acusou a falta de dados consistentes sobre a sonegação nessa área e sustentou que, para definir regras, o Legislativo deveria partir de um rigoroso diagnóstico. A senadora também considerou injusto dar tratamento diferenciado a determinadas categorias.



Emília sente falta do debate

## Aprovado projeto que acelera reforma agrária

O plenário aprovou ontem, em turno suplementar, o substitutivo de Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto de lei de Flaviano Melo (PMDB-AC) que fixa em 150 dias o prazo para que a Justiça não possa levar em consideração qualquer mudança de titulação ou exploração depois que o Incra fizer a vistoria de uma fazenda, com vistas a desapropriação para reforma agrária. A matéria vai à Câmara.

O objetivo do prazo é impedir que o dono da propriedade divida e venda a fazenda ou faça investimentos para que ela saia da condição de improdutiva, fugindo da desapropriação pelo Incra.



Flaviano: pressa na reforma

Foi rejeitada emenda de José Eduardo Dutra (PT-SF), com parecer favorável, que considerava como produtiva a fazenda que, atendendo aos requisitos da função social, atingisse graus de utilização e de eficiência fixados pelo Incra.

## Rolagem da dívida paulista vai à CCJ

Depois de quase uma hora de polêmica, os líderes partidários decidiram retirar a urgência e encaminhar à CCJ o projeto de resolução que autoriza a renegociação, com o governo federal, de R\$ 50,3 bilhões de dívidas do governo de São Paulo, dentro do programa de ajuste fiscal dos estados. Esperidião Amin (PPB-SP) afirmou que foram incluídos na "federalização" da dívida paulista R\$ 1,7 bilhão de títulos emitidos de forma irregular para pagamento de precatórios.

José Serra (PSDB-SP) ponderou que o Banco Central já

havia retirado da renegociação cerca de R\$ 200 milhões que teriam sido emitidos de forma irregular quando foi acertado o acordo União-São Paulo.

Roberto Requião (PMDB-PR) protestou contra a inclusão dessa parcela na renegociação das dívidas paulistas.

No final, o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, Waldeck Ornelas (PFL-BA), concordou com uma sugestão do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) para que o caso seja analisado pela CCJ.

## Jonas Pinheiro destaca posse de Rodrigues na ACI

O Brasil conquistará um relevante destaque no segmento agrícola dentro do movimento cooperativista mundial, afirmou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao registrar ontem a posse do empresário Roberto Rodrigues na presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), para a qual foi eleito com o apoio de delegados dos 101 países que integram a entidade.

Em aparte, Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que a presença de um brasileiro à

frente da ACI vai inserir o Brasil no contexto internacional e contribuir para a participação brasileira no processo de globalização.



Jonas comemora posse na ACI

## Tuma lamenta a morte de Manabu Mabe, japonês de berço e brasileiro de coração

Por iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o plenário aprovou ontem requerimento para inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, ao governo de São Paulo e ao Masp pela morte do pintor abstracionista Manabu Mabe.

- Quero registrar e lamentar a morte de um grande homem e de um grande amigo, que tantas vezes emprestou destaque ao nome de nosso país no exterior. É um desaparcimento que cobre de luto o mundo das artes - disse Tuma, ao defender seu requerimento.

Romeu Tuma traçou um perfil biográfico do pintor, lembrando que Mabe nasceu em 1924, em Kumamoto, sul do Japão, tendo emigrado com a família para o Brasil aos dez anos de idade. Disse que foi em 1959 que o pintor teve seu talento reconhecido, iniciando uma trajetória internacional. Ele afirmou também que,



Tuma: grande perda para as artes

paralelamente à sua carreira, Manabu Mabe nunca deixou de participar das atividades artísticas da comunidade nipobrasileira, sendo um dos mais assíduos dentro do Grupo Seibi. Lembrou que, em junho deste ano, o pintor realizou sua última exposição individual em Kumamoto, tendo, no retorno ao Brasil, recebido a visita da imperatriz Michiko. Conforme Tuma, Manabu Mabe fez mais de 80 exposições, tornando-se um dos expoentes da pintura contemporânea brasileira.

## Paiva apela a ACM por contrato temporário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, que pediu agilidade na tramitação do projeto que trata do contrato de trabalho por tempo determinado, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

De acordo com Paulo Paiva, Antonio Carlos Magalhães comprometeu-se a se empenhar para que o pro-

jeto seja aprovado.

A proposição, segundo o ministro, "irá fornecer mais uma alternativa de estímulo à geração de empregos". Paiva disse estar otimista em relação à aprovação do projeto pelos senadores, afirmando que não tem nada a acrescentar ao relatório do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).



Antonio Carlos e o ministro do Trabalho

## MELO RECEBE COMITIVA DO KUWAIT

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado Federal, recebeu ontem a visita de uma comitiva de deputados do Kuwait que compõem o VI Grupo Parlamentar de Amizade Kuwaitiano/Brasileiro. A delegação veio conhecer o Senado, acompanhada do embaixador Abdulaziz Al-Dualj.



## PERFIL

### Nabor Júnior

## Uma história que se funde com a do Acre

A vida do senador Nabor Júnior se funde com a existência do Acre, estado que representa no Senado Federal desde 1987. Nascido no município de Tarauacá, em meio às seringueiras que representavam a grande força econômica da Amazônia e das quais dependiam milhares de famílias, Nabor Júnior tem lutado permanentemente pela preservação de condições mínimas para a economia tradicional do extrativismo, sem desprezar os novos desafios econômicos e tecnológicos.

Em 1962, elevado o então território do Acre à condição de estado, Nabor Júnior foi eleito para a Assembleia Constituinte estadual, participando ativamente da elaboração da primei-

ra Carta do Acre.

Como deputado federal, eleito em 74, destacou-se pela serena firmeza com que integrou as bancadas de oposição nos mais duros tempos do arbítrio - uma atuação tão firme que, com o retorno das eleições diretas para governador, em 82, viu seu nome escolhido para encabeçar a chapa das forças democráticas e concorrer à primeira eleição para o governo do Acre.

O sucesso de sua gestão e o reconhecimento do povo acreano resultaram na consagrada eleição para o Senado em 86, repetida em 94 para o período ora em fase de cumprimento - uma jornada de 35 anos ininterruptos de disputas vitoriosas e mandatos consecutivos.

Mas Nabor Júnior, do PMDB, não vê segredo nessa



Nabor: da estrada ligando o estado ao país à luta pela saída para o Pacífico

carreira de êxitos. Para ele, a sintonia com os princípios da ética representa a chave para entender os interesses da so-

riedade e dela merecer, em contrapartida, a verdadeira confiança que se expressa nas urnas democráticas.

No currículo de realizações de Nabor Júnior, muitas conquistas importantes merecem destaque, como a ligação rodoviária do Acre ao resto do país, o reconhecimento dos direitos dos velhos seringueiros e a disseminação das retransmissoras de TV no estado. A nível nacional, destacam-se as lutas pela redemocratização do país nos anos difíceis do regime discricionário e a participação na Assembleia Nacional Constituinte.

Olhando para o futuro, o senador Nabor Júnior está empenhado na abertura de uma saída rodoviária para o Pacífico, dando ao Brasil a liberdade de chegar, por seus próprios meios, aos países da costa oeste das Américas e aos grandes mercados do Oriente.

## SEMANA DO JOVEM

## À mocidade que mostra seu valor

A Hora do Expediente da sessão de ontem foi destinada, por requerimento de Valmir Campelo e outros, à abertura da Semana Nacional do Jovem e a homenagear o Instituto Internacional da Juventude para o Desenvolvimento. A proximidade do terceiro

milênio, a poluição ambiental, o compromisso de ouvir a mocidade - muitos aspectos, enfim, foram abordados pelos senadores, unânimes na preocupação com a geração à qual a sociedade deve satisfações desde já

## Valmir reclama mais atenção do governo

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) apoiou a decisão do governo de desenvolver políticas para a melhor inserção da juventude na sociedade, mas os jovens na faixa dos 15 aos 24 anos, que representam 20% do total da população do país, não estão merecendo do poder público a devida atenção.

— No plano oficial, não existe para os jovens uma política específica, e sem atenção para a juventude dificilmente o Brasil ocupará lugar de destaque no próximo milênio — enfatizou.

Para o senador, a iniciativa do governo de implementar a Agenda 21, referência mundial sobre desenvolvimento sustentável, que reserva capítulo à infância e à ju-



Valmir: falta atenção específica juventude. "preconiza o apoio à promoção e à criação de mecanismos de representação juvenil em todos os processos de decisão". Valmir considerou positiva a atuação do Instituto da Juventude para o Desenvolvimento, cuja sede está se deslocando de Los Angeles para Brasília.

## Hollanda defende apoio a estagiário

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE), por sua vez, defendeu mais incentivo à contratação de estagiários pelo mercado e a modernização dos currículos escolares para preparar os jovens para o trabalho.

Ele criticou a exigência de qualificação e experiência prévia em anúncios de emprego nos jornais: "Quando se trata de estágios, futuros demandantes de emprego, a situação é especialmente aberrante, já que ninguém tem experiência na profissão para a qual ainda se está formando", disse.



Hollanda: sintonia

Para Hollanda, junto com a capacitação profissional proporcionada por estágios, é preciso que as escolas atendam às demandas sociais. "A sintonia com a sociedade é requisito básico de qualquer escola formadora de profissionais."

O senador considera responsabilidade do poder público dar aos jovens oportunidades de êxito quando se defrontarem com os desafios do mercado de trabalho, "seja facilitando-lhes a obtenção de postos de trabalho dignos e satisfatoriamente remunerados, seja permitindo-lhes o empreendimento pessoal de sucesso.

## Suassuna quer saúde, educação e trabalho

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu mais investimentos em educação, saúde e trabalho, como resposta à preocupação generalizada dos adolescentes, que atinge tanto países do Terceiro quanto do Primeiro Mundo.

Ele opina que a juventude enfrenta dificuldades independentemente da situação socioeconômica da região em que vive. Se nos países desenvolvidos parte dos temores decorre do excesso de conforto e da cultura de massa "privilegiadora do superfluo", nos países periféricos "o desemprego, a insegurança, a prematura convivência com as desigualdades e com a violência", entre outras dificuldades, "servem para forjar um quadro desalentador".

Suassuna lamentou o abandono, pelas famílias, dos rituais de passagem da infância para a adolescência. Na sua opinião, esses ritos, que "respaldavam as relações familiares e conferiam significância aos referenciais de que necessitamos, foram substituídos por bens e valores descartáveis, conforme convém à sociedade moderna".



Suassuna: ritos de passagem

## Rocha: é preciso saber ouvir e abrir espaços

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que a sociedade deve ouvir mais os jovens e dar mais espaço à sua participação nas decisões "cujos resultados lhes caberá administrar no futuro".

Em sua opinião, não é verdade que a juventude esteja alienada e desinteressada dos problemas que cercam o mundo. Sebastião Rocha citou levantamento da Federa-

ção Internacional dos Editores dos Jornais, com 100 mil participantes em todo o mundo, segundo o qual os jovens estão cientes dos problemas atuais.

Na direção dos trabalhos do plenário, o primeiro vice-presidente da Casa, senador Geraldo Melo, associou-se às homenagens e assinalou que os jovens representam o "alvorecer de um novo tempo de ética, de responsabilidade, de dignidade, de esperança e de alegria".

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

8h - Debate entre o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o embaixador alemão Claus Jurgem Duberg sobre as relações bilaterais Brasil-Alemanha: investimentos, relações entre Mercosul e Mercado Comum Europeu e participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU

9h30 - Entrevista com o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a política econômica do governo, a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e o lançamento de candidato do PMDB à Presidência da República

10h - Sessão deliberativa extraordinária (ao vivo)

15h30 - Sessão plenária (ao vivo)

Em seguida - Reunião da Comissão de Orçamento (gravada)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h40 - Sessão plenária (reapresentação)

1h - Debate entre o senador Casildo Maldaner e o embaixador alemão Claus Jurgem Duberg (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Sessão deliberativa extraordinária

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

15h15 - "Plenário em Revista"

15h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

24h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

SISTEMA RADIOSAT DIGITAL: a programação da Senado FM já está no Satélite B2 da Embratel. A frequência de recepção local é 1.465,600 Mhz em Banda L.

*A senadora Marluce Pinto apresentou projeto de lei punindo com a expropriação de terras, em qualquer lugar do país, quem afrontar o Estatuto da Criança*

## Perde terra quem usar trabalho escravo

Projeto apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) estabelece que serão imediatamente expropriadas terras rurais em qualquer região do país onde forem encontradas crianças e adolescentes exercendo trabalho escravo ou qualquer outra atividade ilegal que afronte o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conforme a proposição, as terras expropriadas serão destinadas ao assentamento de colonos, sem qualquer in-

denização ao proprietário. A matéria vai ser votada terminativamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marluce lembra que é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos, e que a idade mínima para a admissão ao trabalho é



Marluce: sem indenização

de 14 anos, facultado aos menores dessa idade trabalhar somente na condição de aprendiz de uma profissão. A seu ver, "essas normas são constantemente burladas, a legislação escamoteada, as funções mascaradas".

O Ministério do Trabalho, por meio de suas delegacias

regionais, deverá promover as diligências necessárias à localização de trabalho escravo ou ilegal de crianças e adolescentes. Uma vez detectada a situação, o delegado regional, de posse de um relatório técnico, deverá articular a ação expropriatória.

O relatório deverá conter não só informações sobre o imóvel e seu proprietário, mas também a descrição do tipo de trabalho realizado e relato pormenorizado sobre o estado de saúde do menor.



Simon: dependência energética

## Simon defende construção de gasoduto

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei que autoriza o governo federal a construir o gasoduto internacional Argentina-Brasil, fruto de acordos entre os presidentes Carlos Menem e José Sarney, posteriormente referendado por Fernando Collor.

O senador argumenta que a obra vai libertar o Rio Grande do Sul da dependência energética, além de promover a integração daquela região brasileira ao mercado latino-americano.

O gasoduto, previsto no chamado *Projeto Fronteira Sul*, teria início no nordeste argentino, entraria em solo nacional pela fronteira com o Rio Grande do Sul, em Uruguaiana, e finalizaria em Porto Alegre. A estimativa é de que venha a suprir com gás natural a termoeletrica de Uruguaiana, que disponibilizaria energia com uma potência de 450 MW.

### CRISE

Simon alerta para uma possível crise de abastecimento de energia no país, gerada pela insuficiência de capacidade energética para abastecer a demanda provocada pelo que classifica como "hodierno processo de desenvolvimento industrial do estado".

O senador destaca que atualmente o estado do Rio Grande do Sul importa 70% de sua necessidade de energia.

## Francelino aplaude sanção do novo Código de Trânsito

O Congresso Nacional e o governo tomaram uma decisão "da mais absoluta significação" para o povo, afirmou ontem Francelino Pereira (PFL-MG), ao manifestar o seu regozijo pelo fato de o presidente da República ter sancionado o Código de Trânsito Brasileiro.

Após salientar que a matéria foi amplamente discutida no Senado e na Câmara, o senador disse que o ato, ocorrido ontem no Palácio do Planalto, foi bastante concorrido, pois reuniu par-



Francelino: interesse é geral

lamentares, ministros de Estado e representantes da sociedade civil.

- Realizou-se uma solenidade altamente expressiva, tes-

temunhando-se, com clareza, que foi aquele um ato dos mais importantes da vida política do país, oportunidade em que, efetivamente, tomou o presidente a decisão de sancionar um código que atinge toda a sociedade - frisou.

Francelino Pereira disse que o Código de Trânsito Brasileiro não é um "texto frio, ou um formato neutro ou indiferente diante da sociedade". Na sua opinião, o código interessa a todos os brasileiros.

## FEF preocupa prefeitos, afirma Júnia

Projeto que inclui o dia 20 de novembro - aniversário da morte de Zumbi dos Palmares - no calendário oficial das datas comemorativas brasileiras, como Dia Nacional da Consciência Negra, foi apresentado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ). A matéria está na Comissão de Educação, onde será apreciada terminativamente.

Para a senadora Benedita da Silva, a data não pertence só ao movimento negro brasileiro, mas "transcende seu âmbito pela importância que tem para toda a nação como data histórica nacional; símbolo de doação heróica de milhares de vidas e de empenho pela liberdade no Brasil, numa resistência a toda e qualquer forma de escravidão - diz a senadora.

Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), se aprovada, vai "confiscar ainda mais os recursos dos municípios". Ela registrou a preocupação de prefeitos da região metropolitana de Belo Horizonte em relação à escassez de recursos para os municípios, em reunião realizada ontem.

- A prorrogação do FEF passou a ser o grande temor dos municípios. Só para se ter uma

idade, Belo Horizonte perderá R\$ 12 milhões, os 10 maiores municípios de Minas Gerais vão perder, cada um, cerca de R\$ 1 milhão e os menores deixarão de receber de R\$ 90 mil a R\$ 100 mil cada um - informou.

Conforme Júnia, os prefeitos também estão insatisfeitos com o SUS, devido ao atraso permanente dos repasses dos recursos dessa área por parte do governo federal, o que, segundo ela, tem criado dificul-

dades às finanças públicas municipais. A senadora também lembrou que os municípios já arcam de 25% a 35% do seu orçamento na área de educação.

Júnia informou que parlamentares mineiros presentes à reunião dos prefeitos resolveram apresentar emendas coletivas ao Orçamento para que os municípios da região de Belo Horizonte possam investir em políticas sociais e em saneamento básico.